

Do entusiasmo republicano ao Inverno do nosso descontentamento

Maria Helena Serôdio

Tão alegres que viemos e tão tristes que tornamos
quando a vida que nos escapa é a vida que sonhamos. *Quixote*

Estas foram as palavras doridas – das poucas que foram ditas sem música – que ouvimos na esplêndida recriação que O bando, dirigido por João Brites, fez da ópera bufa de António José da Silva, o Judeu: *A vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança*. Foi no Teatro da Trindade, no mês de Maio, que *Quixote* surgia como resposta ao desafio da sua nova Directora – Cucha Carvalheiro – para que a companhia trabalhasse um texto do cânone dramático português. A decisão de João Brites – junto dos que com ele partilharam a concepção do espectáculo: Jorge Salgueiro (na música), Teresa Lima (na dramaturgia), Rui Francisco (na cenografia) e Maria Matteucci (nos figurinos) – foi a de “desconcertar” três travejamentos importantes da intriga: género e idade das personagens principais, por um lado, e a forma de representação, pelo outro. Assim, o protagonismo passou a ser o das mulheres – Dulcineia e Teresa Pança –, surgindo a “heroína” como uma idosa que partia em busca da aventura e do sonho acompanhada pela sua criada, enquanto para a recriação humana dos “bonifrates” o encenador colocava em cena os bailarinos/marionetas (com movimentação e gestualidade ostensivas e fazendo *playback*), enquanto em cima do cubo central do cenário deixava os cantores Bruno Huca e Sara Belo fazer das suas (belíssimas) vozes os fios que davam vida aos bailarinos.

O espectáculo oferecia-se, não apenas como uma invulgar e imaginosa redefinição de um clássico (ele próprio glosando a paródia que o texto cervantino fazia – de modo humano, demasiado humano – aos romances de cavalaria), mas também partilhando uma visão benevolente e festiva: a alegria das figuras magnificamente recriadas em cena, os figurinos brancos rendados, as canções alegres, a curiosa colagem de músicas que misturavam – em frenesi pós-moderno – momentos operáticos com canções “pimba”, sons de equipamento hospitalar, publicidade televisiva, toques de telemóveis, músicas de jogos de computador, etc. Tudo a compor, como vem no folheto do espectáculo, “melodias que coxeiam e uma ânsia desvairada” para desvendar Dulcineia “nesta ópera desdentada”.

As palavras em epígrafe – retiradas deste espectáculo – são as que recordo agora, no rescaldo de um ano que se iniciara com a promessa de comemorar os 100 anos da implantação da República em Portugal em jeito de memória inspiradora, mas que termina, entretanto, em coda bem sombria: no plano social, económico, cultural e ético.

Mas se a tristeza avança de forma tão desoladora, não

podemos ignorar quanto a arte – como a de António José da Silva e de tantos outros criadores – tem sido o suporte humano para o horizonte de esperança ou de reconciliação temporária com os limites que a vida tristemente nos vai fixando. Recordo, por isso, com saudade os que a morte nos roubou, mas cuja memória continua a habitar-nos, como é próprio do teatro no seu maravilhoso processo de “assombração”: Paulo Eduardo Carvalho (o brilhante professor, investigador, crítico e tradutor de teatro, que nos ajudou a arquitectar esta revista e nos iluminava diariamente com a sua fina inteligência e amorosa amizade), João Paulo Seara Cardoso (o extraordinário criador do Teatro das Marionetas do Porto, que foi e é o seu mais elaborado sortilégio artístico e que tivemos a alegria de entrevistar para o n.º 4 da *Sinais de cena*, de Dezembro de 2004), António Feio (que nos deixa a memória das suas admiráveis criações cénicas e televisivas, bem como a comovente e lúcida despedida no livro *Aproveitem a vida*), Jaime Salazar Sampaio (o autor que Sebastiana Fadda incansavelmente radiografou e de quem nos dá aqui mais uma visita ao seu universo dramático na secção “Estudos aplicados”), Mariana Rey Monteiro (a actriz que marcou uma geração de grandes artistas de cena), o crítico Mário Sérgio (que, entre nós, chamou cedo a atenção para a obra de Brecht), a actriz Maria Dulce (que até muito recentemente pudemos – felizmente – ver em séries televisivas), a figurinista e cenógrafa Vera Castro (cujo valor criativo fica registado no belo livro recém-editado pela Athena, *O papel da segunda pele*) e o encenador José Blanco Gil (sempre tenaz na sua resistência solitária).

Também o “mágico” da iluminação de cena em Portugal que foi Orlando Worm nos deixou neste ano, pelo que é com redobrada emoção que registamos aqui “Na primeira pessoa” a longa entrevista que deu a Ana Bigotte Vieira, revelando um excepcional saber oficial e uma sedutora maneira de contar histórias da vida e da arte.

E como esquecer José Saramago (que, de forma superlativa, dignificou a língua e a cultura do nosso país) ou João Aguiar, de uma elegância discreta na escrita como na vida?

Ora, nesta atmosfera do Inverno sombrio do nosso descontentamento, encurtar os já parcos apoios que o teatro recebe – de acordo com o que é hoje a política do Ministério da Cultura – é empobrecer esse horizonte de resgate da vida que a arte permite e celebra, ameaçando a continuação de uma criatividade que é património imaterial

e respiração estética imprescindível em qualquer sociedade: e desejavelmente também na sociedade portuguesa.

No que diz respeito à APCT (e ao Centro de Estudos de Teatro, nosso parceiro indispensável na atenção ao teatro e nesta aventura que é a *Sinais de cena*), continuamos atentos à actividade teatral e disso damos conta na secção "Passos em volta", revelando algumas das mais diversas combinatórias artísticas que nos ofereceram quatro dos enquadramentos festivos de Norte a Sul do país: os Festivais Gil Vicente em Guimarães, o CITEMOR em Montemor-o-Velho, o Alcantara em Lisboa e a Escrita na Paisagem, em Évora. No caso de Guimarães, é de saudar ainda a iniciativa de um Seminário para Novos Críticos que permitiu dinamizar naquele contexto a reflexão conjunta e o exercício analítico de jovens críticos e estudiosos, cujas opiniões aqui registamos com muito interesse. De Lisboa e do Porto chegam-nos ainda notícias do regresso dos "clássicos" ao palco: *Édipo*, de Sófocles (em versão de Jorge Silva Melo), no Teatro Nacional D. Maria II, *A gaivota*, de Tchekov, no Teatro Nacional S. João, e *O senhor Puntilla e o seu criado Matti*, de Brecht, no Teatro Aberto, pela mão de Vera San Payo de Lemos e de João Lourenço.

Nessa fixação do que se vai fazendo em cena, pudemos contar, neste número da revista, com a preciosa colaboração do fotógrafo Jorge Gonçalves que aqui nos oferece um testemunho notável da Nova Dança portuguesa, guiando-nos ainda por um roteiro de fina sensibilidade e obstinado profissionalismo quer na selecção de fotografias que fez, quer nas palavras emotivas com que abre este "Portefólio", inteiramente seu.

E de uma outra forma de registar o teatro nos fala aqui, na secção "Em rede", João Costa Dias, jornalista da RDP África, que criou, e continua a dinamizar com indefectível entusiasmo, o seu singular programa "Atrás da máscara" trazendo notícias e comentários sobre o teatro da lusofonia e assim ajudando – e bem – a "unir povos".

Na secção "Notícias de fora" Rui Pina Coelho dá-nos uma visão breve de dois festivais – na Arménia e no Brasil –, e a investigadora brasileira Elisabeth R. Azevedo assina um importante estudo sobre a dramaturgia de Jorge Andrade, dando conta também da sua encenação em Portugal pela Companhia Amélia Rey Colaço – Robles Monteiro.

Do teatro que se faz e estuda em Portugal fala-nos ainda o encenador José Caldas ao sinalizar – na secção "Estudos aplicados" – o teatro para a infância e juventude que se vai fazendo entre nós, enquanto na secção "Leituras" nos surgem notícias de livros recentemente publicados: Fernando Claudino faz a revisão de *Limiar*, a peça que João Silva – infatigável encenador do Grupo de Teatro Terapêutico do Hospital Júlio de Matos – criou com os "seus" actores e que nos surge como eloquente testemunho do poder da arte contra preconceitos sociais e estigmas interiorizados; Ana Campos analisa com pertinência uma nova tradução de peças de Tennessee Williams interrogando o seu valor em confronto com versões anteriores em português; Rui Pina Coelho analisa o estudo de Eugénia

Vasques sobre o "difícil processo do conceito de encenação no teatro (1837-1928)" em Portugal; e António Braz Teixeira traz-nos uma análise brilhante e circunstanciada do estudo mais recente e completo de Luiz Francisco Rebello sobre a dramaturgia portuguesa de 1820 a 1926, em diálogo com o que tem sido o longo e inquieto labor deste destacado historiador do teatro em Portugal.

É esse arco centenário, que Rebello interpela, desloca-se ligeiramente – na tábua cronológica – a propósito das secções com que abre e fecha este número da revista: o "Dossiê temático" e o "Arquivo solto". Ambas são, de facto, dedicadas a recordar e a interrogar as razões e as consequências teatrais da implantação da República em Portugal, no ano em que, como já referido, se celebra o centenário desse cometimento político e cultural. Se no primeiro caso se analisa a legislação, o teatro de revista, o cinema e a mulher no teatro que a República favoreceu, implicando assim uma avaliação geral do seu impacto nas artes do palco e do ecrã, no "Arquivo solto" o trabalho foi sobretudo o de coligir textos fundamentais sobre o teatro que o *ethos* republicano inspirou e que surgem na escrita de Ernesto da Silva, Manuel Laranjeira, Coelho de Carvalho, Bento Faria e Joaquim Madureira (o temível crítico Braz Burity), não faltando ainda um excerto significativo do "Preâmbulo" dos estatutos do Teatro Livre fundado em 1902 – que abriria novos horizontes à arte dramática portuguesa – e um amplo excerto do importante "Preâmbulo" do decreto de 22 de Maio de 1911.

É muito nossa esta obstinação em prosseguir na *Sinais de cena* com o trabalho e a reflexão em torno do teatro em Portugal (e no mundo), mesmo quando a atenção a essa realidade não é a opção política hoje dominante, nem o campo electivo dos *media* em geral. Mas a verdade é que nessa dedicação somos também devedores da ajuda generosa e infatigável de muitos outros que de formas diversas nos acompanham nesse caminhar: os que trabalham nas instituições a que continuamente recorremos para a cedência de imagens ou recolha de informações várias, como é o caso do Arquivo Fotográfico (do Arquivo Municipal de Lisboa), dos serviços – de imprensa ou de arquivo – de teatros como o D. Maria II ou o São João, ou do Museu Nacional de Teatro. E contamos ainda – que sorte a nossa! – com os profissionais ligados à prática artística que prodigamente nos cedem o seu tempo, as suas palavras, o seu entusiasmo e, assim, nos contaminam com essa paixão indeclinável. Um último agradecimento vai ainda para o Teatro Nacional D. Maria II que generosamente aceitou publicitar aqui a sua programação (uma vez mais) e ao Instituto Camões que, reduzindo embora o seu compromisso com a publicação, mantém ainda vivo um apoio tão importante para nós.

Neste deve-e-haver entre esforços, dedicações, contentamentos e mágoas, resta-nos a esperança de que as palavras de Jacques Rancière possam ser um programa a cumprir também entre nós: o de se poder ainda "redesenhar o mapa do possível"¹.

¹ Jacques Rancière, *Moments politiques: Interventions 1977-2009*, Paris, La Fabrique Éditions, 2009, p. 15.